

BETINA TREIGER GRUPENMACHER
DENISE LUCENA CAVALCANTE
MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO
MARY ELBE QUEIROZ

NOVOS HORIZONTES DA TRIBUTAÇÃO:
UM DIÁLOGO LUSO-BRASILEIRO

NOVOS HORIZONTES DA TRIBUTAÇÃO: UM DIÁLOGO LUSO-BRASILEIRO

AUTORAS

Betina Treiger Gruppenmacher

Denise Lucena Cavalcante

Maria de Fátima Ribeiro

Mary Elbe Queiroz

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PAGINAÇÃO

Jorge Sêco

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Digital Page Gráfica e Editora

Setembro, 2012

DEPÓSITO LEGAL

?????/12

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Novos horizontes da tributação: um diálogo luso-brasileiro.

– (Cadernos IDEFF Internacional)

ISBN 978-972-40-4982-3

I - Betina Treiger Gruppenmacher

II - Denise Lucena Cavalcante

III - Maria de Fátima Ribeiro

IV - Mary Elbe Queiroz

CDU 336

982388

ÍNDICE

Homenagens	5
Nota Introdutória	7

DAS EXONERAÇÕES TRIBUTÁRIAS, INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS

1. Introdução	9
2. Incentivos Fiscais e Benefícios Fiscais. Espécies	14
2.1. Noções Introdutórias. Distinção	14
2.2. Incidência e Não-Incidência Tributária. Isenções e Imunidades	18
2.3. Subvenções e Subsídios. Créditos Presumidos, Diferimento, Alíquota Zero e Reduções de Base de Cálculo	29
4. Capacidade Contributiva, Justiça Fiscal e Exonerações Tributárias	43
4.1. Tributação Proporcional. <i>Flat Tax</i> e Justiça Tributária	60
5. Fiscalidade e Extrafiscalidade na Concessão de Benefícios Fiscais	69
6. Conclusões	75
7. Bibliografia	82

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA EM PROL DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

1. Introdução	96
2. Perspectivas da tributação ambiental	99
3. As crises ambiental e financeira: o risco desta ofuscar aquela	102
4. Desenvolvimento sustentável como exigência nos modelos econômicos contemporâneos	111
5. Justificação econômica da tributação ambiental	131
5.1. A internalização das externalidades	135
5.2. Teoria do duplo dividendo	146
6. Possibilidades e limitações do globalismo jurídico ambiental	150
7. Os tratados internacionais como instrumentos para a proteção ambiental	156

7.1. Proteção ambiental e comércio internacional – diretrizes da OMC	159
7.1.1. Análise dos subsídios no âmbito da OMC: divergências entre a política ambiental e a política da concorrência	164
7.1.2. Sobre o Acordo de Subvenções e Medidas Compensatórias da OMC	166
7.2. Relatório da OCDE: tributação, inovação e meio ambiente	168
7.3. ONU: transição para uma economia verde equilibrada e inclusiva	171
8. Tributação ambiental: superação da extrafiscalidade como característica originalmente necessária ao tributo com fins ambientais	176
8.1. Espécies tributárias ajustáveis aos fins ambientais	186
9. Conclusões	192
10. Bibliografia	197

REFLEXOS DA TRIBUTAÇÃO NO DESEQUILÍBRIO DA LIVRE CONCORRÊNCIA

1. Introdução	211
2. Intervenção do Estado na Ordem Econômica e as Políticas de Defesa da Concorrência	214
3. A Extrafiscalidade e a execução de políticas públicas à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal	225
4. Guerra fiscal (concorrência tributária) e o pacto federativo	243
5. Tributação e Desequilíbrios da Concorrência	259
6. Considerações Finais	304
7. Bibliografia	313

O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: PROCEDIMENTOS LÍCITOS, O ABUSO, A FRAUDE E A SIMULAÇÃO. UMA PROPOSTA DE NGAA PARA O BRASIL

Capítulo I – CONSIDERAÇÕES GERAIS	332
1. Apresentação	332
2. Mudança de paradigmas	343

Capítulo II – O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO. O ABUSO, A SIMULAÇÃO.	
A FRAUDE	348
1. Considerações gerais	348
2. O vedado, o proibido e o permitido	349
3. O lícito e o ilícito	350
4. A elisão e a evasão	351
5. O planejamento tributário	356
6. O abuso	365
7. A fraude fiscal e a fraude à lei fiscal	371
8. A simulação e a dissimulação	375
9. O abuso de forma e o abuso de direito	382
10. O propósito negocial (<i>business purpose</i>)	385
11. O crime tributário	393
Capítulo III – A CONTEXTUALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NO MUNDO	398
1. Evolução histórica do uso e combate ao planejamento tributário: razões sociopolítico-econômicas	398
2. O planejamento tributário nos países do <i>common law</i> e do <i>civil law</i>	418
2.1. Considerações gerais	418
3. O planejamento tributário no mundo	419
3.1. Contextualização	419
3.2. Alemanha	422
3.3. Espanha	427
3.4. Estados Unidos	429
3.5. França	434
3.6. Itália	436
3.7. Inglaterra	437
3.8. Portugal	440
3.9. União Europeia	443
3.10. Jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE)	445
Capítulo IV – O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NO BRASIL	449
1. Evolução histórico-legislativa	449
2. O planejamento tributário na legislação brasileira	454
2.1. As presunções legais	455
2.2. As normas específicas antiabuso	457
3. A Lei Complementar n.º 104/2001 e o art. 116, parágrafo único, do Código Tributário Nacional – CTN	459

4. A inexistência de lei ou cláusula geral, no Brasil, para combater o planejamento tributário abusivo	461
5. A descon sideração de atos, negócios e personalidade jurídica	467
5.1. Considerações gerais	467
5.2. A descon sideração da personalidade jurídica no novo Código Civil	471
5.3. A descon sideração de atos, negócios e personalidade jurídica pela Administração Tributária	472
6. O Contencioso Administrativo Tributário brasileiro e o <i>deficit</i> de legitimidade para a edição de precedente com eficácia vinculante	476
Capítulo V – O ATIVISMO ADMINISTRATIVO: FALTA DE UNIFORMIDADE E COERÊNCIA NA JURISPRUDÊNCIA	478
1. Considerações gerais	478
2. Casos de planejamento tributário julgados pelo CARF	480
2.1. Dedutibilidade do ágio na aquisição de participação societária	481
2.2. Operação casa e separa (operação ágio)	485
2.3. Endividamento desproporcional ao capital	486
2.4. Exemplos genéricos da importação indiscriminada de figuras adotadas por outros ordenamentos jurídicos	488
Capítulo VI – PROPOSTA DE UMA NORMA GERAL ANTIABUSO PARA O BRASIL – NGAA	489
1. Considerações gerais	489
2. <i>Tax alert</i>	490
3. A operacionalização de uma NGAA no Brasil	498
3.1. O devido processo legal	498
3.2. Meios de investigação e ônus da prova	499
4. Uma proposta de Norma Geral Antiabuso (NGAA)	502
4.1. Considerações gerais	502
4.2. Proposta de Lei Complementar	507
Conclusões	512
Bibliografia	517